

Processo e desenvolvimento da revolução boliviana

*Luiz Bernardo Pericás**

Resumo:

Este artigo trata das principais características da Revolução Boliviana de 1952, buscando localizar sua natureza, origens, motivações e as facetas singulares desse país dentro do contexto da América Latina naquele momento histórico.

A Bolívia caracteriza-se por ser um país extremamente complexo, com uma história de constantes conflitos internos nas esferas político-sociais, onde a relação de classes, a consciência revolucionária, a clivagem socioeconômica, o caráter étnico de seu povo e a correlação de forças entre proletários, camponeses, governo e militares sempre demonstraram características singulares na América Latina e muitas vezes apresentaram-se, se não como condições, pelo menos como elementos catalizadores de revoltas e motivos para que fossem impulsionadas as mudanças necessárias em determinados períodos históricos. Esse processo que chegou ao cume em 1952, veio a se desenvolver nos anos que se seguiram aos episódios revolucionários. Para o politicólogo e sociólogo chileno Fernando Mires, ao contrário da Revolução Mexicana, que surgiu a partir da onipotência do Estado, a Revolução Boliviana surgiu por causa da fraqueza do poder estatal, delineando aos poucos, através de um longo processo de levantes populares contra um regime muitas vezes sem caráter definido, em reação a governos autoritários ou classistas. Em outras palavras, a Revolução Boliviana não foi algo espontâneo nem imediato, mas produto de anos de elaboração. É claro que não havia um projeto revolucionário prévio aos eventos de 9 de abril de 1952, mas uma série de fatos, um emaranhado de causas, tornaram possível a realização do *momentum* radical cristalizado nas agitações populares e levante armado promovidos por partidos e movimentos sociais no início daquela década.

* Doutorando em História Econômica na USP e autor do livro *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia* (1997). São Paulo, Xamã.

A Bolívia, até 1952, era um país predominantemente rural, com um expressivo campesinato indígena. Formado etnicamente por *quéchuas* e *aymarás*, em sua maioria, a população da Bolívia também era formada por povos de origem *guarani* no sudeste do país. Esta nação poderia ser vista como um exemplo clássico do sistema latifundiário latino-americano. As maiores e melhores porções de terra eram controladas por *terratenientes* que obtinham mão-de-obra barata indígena mediante um sistema de câmbios, em que os camponeses recebiam pequenas parcelas de terra para trabalhar em troca de serviços aos latifundiários, serviços no mais das vezes sem contratos trabalhistas e sem pagamentos. Não tendo condições de rebelar-se, colocados em posição marginal em relação a outros setores obreiros do país, e sem estabelecer levadas migratórias significativas para os grandes centros urbanos (que na época pré-revolucionária não tinham capacidade de comportar números expressivos de contingentes humanos chegados do campo), os indígenas camponeses bolivianos viram-se praticamente obrigados a resignar-se ao papel que lhes fora estabelecido. O sistema agrícola não se desenvolveu, já que a tendência abstencionista — explicitada na atitude do fazendeiro que vivia na metrópole, exercia profissões urbanas e “cuidava” de sua propriedade de longe — era predominante. A propriedade rural foi relegada ao papel de latifúndio, de baixa produção de alimentos, cultivados com sementes de má qualidade e equipamentos rudimentares, sempre nas mãos do campesinato, que além de todos os seus encargos se via forçado a trabalhar como serviçal da família do *hacendado*, mesmo que esta residisse em algum centro urbano longe de suas terras (Klein, 1994). De forma geral, os indígenas bolivianos preservavam uma posição tímida e conservadora e evitavam confrontar-se com seus patrões. É claro que temos exemplos de rebeliões como a do cacique Zárate Wilka, no final do século XIX, que levantava a bandeira da autonomia dos povos autóctones e reforma agrária, mas na maioria das vezes, estas revoltas eram suprimidas rapidamente pelo governo com dureza, seus líderes eram assassinados e o povo esmagado impiedosamente.

Por outro lado, temos no proletariado mineiro o grupo politicamente mais consciente e organizado da Bolívia. Durante várias décadas, as minas de estanho eram propriedade de magnatas como Patiño, Aramayo e Hoschild. Esta “casta”, também denominada “rosca”, representava quase uma “classe” por si mesma. Num país onde não havia ocorrido a revolução democrático-burguesa, e onde não havia nem uma burguesia estruturada e forte o suficiente para impor um projeto para o país e, tampouco nem um campesinato e

proletariado ainda em condições de fazer a revolução socialista — o que, de fato, nunca veio a ocorrer —, era o Estado que fazia o papel de classe social impulsadora de projetos e mudanças. Este Estado, como se pode supor, servia aos interesses da classe dominante. Por isso, não é de se estranhar a venda do território do Acre ao Brasil, em 1903, e a concessão de terras para o Chile em 1904, quando a Bolívia perdeu o acesso ao mar. Esta falta de interesse na integridade territorial só pode ser compreendida em função das razoáveis somas em dinheiro que o país recebia. Mas o dinheiro era investido em obras que favoreciam aos interesses da elite, preservando o estado geral em que se encontrava a nação.

A partir da crise de 1929, os trabalhadores mineiros, aliados aos estudantes, começaram a dar voz às suas reivindicações. Conhecedores não apenas das injustiças dentro das minas, os proletários bolivianos, originários das comunidades *quéchuas* e *aymarás* do campo, colocavam em pauta não apenas melhoria de condições de trabalho e melhores salários, mas também uma série de outras reivindicações de ordem político-social na esfera geral do país. Em outras palavras, as questões de classe na Bolívia não podiam ser dissociadas de suas origens étnicas. Mas o movimento operário ainda teria muito a caminhar, já que o nível de organização era incipiente comparado com o que viria a ser nos anos subseqüentes, e a capacidade de reação da "rosca" era grande.

Para dificultar mais ainda a posição dos operários e da população boliviana em geral, ocorreu, em 1932, a Guerra do Chaco — provocada pelo presidente Salamanca —, contra o Paraguai, país vizinho que a todo custo tentou evitar o conflito. Tendo que enfrentar protestos populares e grave crise econômica, o governo Salamanca viu numa guerra contra o Paraguai possibilidade de conquistar uma vitória fácil. Assim, as atenções dos bolivianos seriam desviadas, o governo se fortaleceria, e novos territórios seriam incorporados ao país. A Guerra do Chaco, que durou de 1932 a 1935, ceifou a vida de cem mil homens e teve como desenlace uma derrota trágica da Bolívia que, além de humilhada nos campos de batalha, contrariamente ao pretendido perdeu um quinto de seu território. A guerra acelerou a derrocada de Salamanca, e sua substituição por Tejada Sorzano, e fez surgir novos nomes de importância na política nacional, como David Toro, Carlos Quintanilla, Enrique Peñaranda e Germán Busch, que se destacaram nas frentes interna e externa no período belicista. Em 1937, Tejada foi deposto por um setor do exército boliviano, que empossou os oficiais David Toro e Germán Busch no poder. Os coronéis Toro e Busch iniciaram o período denominado de "socialismo militar", em que as figuras dos militares

apareciam como tradutores estatais dos anseios populares. Denominação *sui generis* para um período que abriria aos poucos o caminho para 1952 e no qual a oficialidade tentou uma maior aproximação com os movimentos dos trabalhadores e criou certo clima de apreensão entre os barões do estanho. Naquele ano de 1937, por exemplo, quando o governo era encabeçado por Toro, foram confiscadas propriedades da *Standard Oil*, e criada a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), empresa estatal. A partir do governo Busch, iniciado em junho do mesmo ano, além da promulgação de uma constituição mais progressista, foi criado o Código do Trabalho, que brindava os operários com várias de suas demandas tradicionais. Ocorreu, de fato, uma razoável pressão sobre os barões do estanho, fato que desagradou as elites nacionais, que organizaram-se em oposição e conseguiram arregimentar setores do exército para isolar politicamente o presidente. Tantas foram as pressões, que em 1939 Busch suicidou-se, tornando-se mais tarde um "mártir" da esquerda, que utilizou sua figura como "emblema" de resistência. O governo, a partir daí, passou às mãos do general Quintanilla, aliado da "rosca", que afastou os oficiais partidários de Busch dos cargos importantes e foi capaz, por algum tempo, de manter o poder.

A influência dos partidos

Os partidos políticos viriam a desempenhar um papel extremamente relevante na construção da revolução boliviana de 1952. Em 1934 foi fundado em Córdoba, na Argentina, o POR, Partido Obrero Revolucionario, por intelectuais marxistas dissidentes. Entre seus principais idealizadores e fundadores estavam Tristán Maróf — pseudônimo de Gustavo Navarro —, José Aguirre Gainsborg e Guillermo Lora, este último mais tarde se tornaria o dirigente do partido. Maróf, escritor e político renomado internacionalmente, representava o marxismo indigenista do peruano José Carlos Mariátegui e defendia o retorno à tradição incaica do povo boliviano aliada à concepção materialista-dialética da análise da realidade da região. Já José Aguirre Gainsborg, mais ortodoxo, alinhava-se com o marxismo-leninismo e postulava a distribuição de armas ao proletariado para que este estivesse preparado para iniciar a revolução socialista. E finalmente Guillermo Lora, que era adepto do trotskismo. Em 1938, Maróf desvinculou-se do POR e criou o PSOB, Partido Socialista Operário Boliviano. Em 1946, Lora, cuja a influência crescia e se consolidava politicamente dentro do POR, conseguiu a aprovação pela Federação Mineira da Bolívia, de sua "Tese de Pulacayo", fato que evidenciava, pela primeira vez na

América Latina, a aceitação oficial por um grupo de trabalhadores de peso das idéias da *Revolução permanente* de Trotski. O POR foi um dos partidos que mais penetrou e influenciou o movimento operário boliviano nos anos pré-revolucionários.

O PIR, Partido de Izquierda Revolucionaria, fundado em 1940 pelo sociólogo José Antonio Arze, seria um dos inspiradores de partidos como o MNR, Movimiento Nacionalista Revolucionario, e de onde surgiria o PCB, Partido Comunista Boliviano. Entre 1940 e 1946 conseguiu o apoio de razoáveis setores do proletariado, mas aos poucos foi perdendo sua força, na medida em que partidos como o POR e o MNR cresciam no seio dos trabalhadores mineiros e alguns de seus membros eram acusados de oportunistas e “colaboracionistas” do regime vigente naquele período. Com a cisão do partido em 1950, foi criado o PCB, liderado por José Pereira.

O mais importante partido da revolução, porém, juntamente com o POR, foi o MNR, fundado em 1941 por um grupo de professores universitários, jornalistas, advogados, veteranos da Guerra do Chaco e intelectuais. O MNR era encabeçado por Victor Paz Estenssoro, Hernán Siles Zuazo e Carlos Montenegro, e tinha elementos que variavam desde o fascismo até o socialismo entre seus membros. Seu programa defendia, entre outros pontos, o antiimperialismo, a abolição da estrutura “semi-feudal” no campo e a reforma agrária.

O general Quintanilla não agradava a vários setores do exército, que viam nele um potencial caudilho. Temendo que ele conseguisse acumular suficiente poder para manter-se como principal mandatário da nação, membros da oficialidade das forças armadas forçaram o general a convocar novas eleições em 1940, que foram vencidas por outro militar, Enrique Peñaranda. Nesta ocasião, J. A. Arze surpreendentemente conseguiu dez mil votos dos 58 mil válidos, algo que poucos imaginaram que pudesse acontecer. Apesar de o governo Peñaranda ser caracterizado por entreguista e estar completamente suscetível aos desígnios dos Estados Unidos, sob seu governo teve lugar uma relativa flexibilidade de atuação dos partidos de esquerda. Os norte-americanos, porém, preocupados com a situação política na Bolívia, fizeram com que os militares, passassem da pressão à repressão contra o MNR, que assustava por suas posições nacionalistas e antiimperialistas. Com a debilidade do governo, evidenciada na submissão ao “colosso do Norte” e com o massacre de trabalhadores, ocorrido após manifestações e revoltas mineiras em Catavi, em 1942, o regime se viu fragilizado e a cada momento com menos sustentação. Apesar do PIR demonstrar estar a favor de algumas medidas do governo, este partido foi também

reprimido. Assim, Peñaranda perdia a possibilidade também de apoio de setores da esquerda.

Grupos de jovens oficiais ligados ideologicamente ao ex-presidente Busch criaram a Razón de Pátria (Radepa), um grupo para-militar secreto que funcionava quase como um partido clandestino. Foi esse grupo que em 1943 derrubou Peñaranda e colocou em seu lugar, após um golpe de Estado, o major Gualberto Villaroel. Este governo foi responsável pela formação da Federação dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia e pela criação do I Congresso Nacional Indígena, dois exemplos da abertura de idéias e aumento de possibilidades de discussão e mudanças dentro do seio do campesinato indígena e do movimento operário. O interessante é notar que neste período temos Paz Estenssoro — que havia sido ministro da Economia do governo de Enrique Peñaranda — como íntimo colaborador de Villaroel, facilitando uma aproximação deste com o MNR, partido que se utilizou desta relação para reprimir inimigos políticos e assomar poder. O governo Villaroel foi o primeiro a questionar o sistema latifundiário da Bolívia, o que desagradou enormemente à direita. Por outro lado, a esquerda era sufocada pelo MNR, seu aliado. Com direita e esquerda contra o presidente, começou-se a organizar um complô para derrubar o mandatário. Professores, estudantes, setores do movimento operário e partidos políticos se aliaram, influenciados pela luta ideológica que se travava por toda a nação, e em 1946, uma multidão saiu às ruas, roubou armamentos dos arsenais militares, invadiu o palácio do governo, capturou Villaroel e o assassinou, pendurando-o pelo pescoço num poste da praça principal.

De 1946 a 1952 temos o período reformista. O MNR se livra dos elementos mais fascistas de seu seio e passa para a oposição, enquanto os governos dos presidentes Hertzog e posteriormente Urriolagoitia começam a demitir e massacrar os trabalhadores, principalmente mineiros. Em 1949, o MNR, em que pese o relativo desgaste sofrido nos anos anteriores, já era novamente um dos mais fortes partidos do país, e lançou uma ofensiva insurrecional contra o governo, sem sucesso. A Bolívia estava dividida: de um lado, as oligarquias tradicionais e o exército apoiando o governo; de outro, os trabalhadores, os camponeses e parte da classe média apoiando o MNR e partidos de esquerda.

Em 1951, ocorreram as eleições que preparariam o caminho para a revolução. O MNR tinha como aliados os sindicatos mineiros, mas os trabalhadores em sua maioria eram analfabetos e, portanto, sem direito a voto. Apesar disso, o partido recebeu o apoio de Juan

Lechín, importante líder sindical, e celebrou a união da oposição em torno da candidatura de Paz Estenssoro. Estes dois elementos supracitados foram fundamentais para o candidato emenerista e o levaram à vitória nas urnas naquele ano. Não conseguindo os 50% mais um, necessários para empossar o presidente em eleição direta, porém, Paz Estenssoro e seus correligionários esperaram a decisão do Congresso. Pressionado pelas Forças Armadas, o então presidente Urriolagoitia fugiu do país, e uma junta militar, encabeçada pelo general Balliván, tomou o poder. Não se passou muito tempo, contudo, e os militares se viram forçados a deixar o governo em razão das pressões populares em torno do Movimento Nacionalista Revolucionário. A 9 de abril de 1952, o MNR finalmente se estabeleceu como governo na Bolívia. A lição: manter e reforçar o apoio do campesinato e mineiros, através de medidas nacionalistas e antiimperialistas.

O período revolucionário

A revolução boliviana, iniciada em 1952, cunhada por vezes de democrático-burguesa e por vezes de nacional-popular, duraria até 1964, ano em que ocorreu o golpe militar dos generais René Barrientos e Alfredo Ovando Candia. Este período se divide em três governos: o primeiro, encabeçado por Paz Estenssoro, de 1952 a 1956; o segundo, com Siles Zuazo, entre 1956 e 1960; e o terceiro, novamente liderado por Paz Estenssoro, com Juan Lechín como vice-presidente, de 1960 a 1964. Teve como protagonistas os pobres das cidades, os camponeses, os trabalhadores sindicalmente organizados e o próprio MNR (Mires, 1991: 134). Estes diferentes grupos não tinham objetivos em comum, e eram várias as reivindicações de cada setor. Entretanto havia um ódio geral contra as elites no poder, que foi traduzido nos eventos revolucionários violentos que ocorreram em 9 de abril, já que o povo nas ruas somente venceu a partir da insurreição armada.

No ano da revolução foi instaurado o sufrágio universal. Assim, os camponeses indígenas poderiam finalmente votar. Também ocorreu a nacionalização das minas, passando-as para a administração da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), além da criação da Central Obrera Boliviana (COB).

Em 1953 foi feita a tão esperada reforma agrária. Pela lei deveria ser feita a distribuição de terras aos camponeses; deveria haver a devolução às comunidades indígenas das propriedades roubadas pelos *terratententes*; os trabalhadores do campo não seriam mais servos; o estímulo à produção e comercialização de produtos

agrícolas; incentivo à migração da população do altiplano até o sudeste da Bolívia e conservação dos recursos naturais.

Esta reforma agrária, porém, não assustava em demasia os Estados Unidos. Na prática, essa medida não lhes afetava em nada, e poderia ser vista até como algo vantajoso, já que a propriedade privada continuaria existindo e a criação de pequenos e médios produtores aumentaria o mercado e a produção, possibilitando maiores lucros e participação dos norte-americanos, já que estes poderiam tirar proveito da situação com sistemas de crédito e inversão de capital nas novas atividades geradas.

Talvez a grande motivação de Paz Estenssoro fosse justamente o maior controle e apoio dos camponeses. Com a reforma agrária, os índios tornaram-se uma força política conservadora, preocupados principalmente com ganhos materiais, como saúde e educação e, em muitos casos, dando apoio ao governo constituído, diminuindo em contrapartida seu potencial revolucionário. Enquanto a economia do país se deteriorava no final dos anos 50 e início dos anos 60, e aumentavam a agitação e protestos dos mineiros, trabalhadores urbanos e setores da classe média, o governo acelerava o processo de distribuição de terras, mostrando nitidamente seu interesse pelo apoio dos índios. Para Sheldon B. Liss, esse mesmo período demonstrou que os reformistas do MNR e da COB, além de destruírem o fervor revolucionário do proletariado, conseguiram, em boa medida, dissipar a solidariedade entre os grupos socialistas do país, o que contribuiu para que estes não lograssem ganhos visíveis de poder político na época (Liss, 1984: 177).

Apesar do discurso antiimperialista, desde o início da revolução, e principalmente durante o governo de Siles Zuazo (1956-1960), a Bolívia recebeu gigantescos empréstimos dos Estados Unidos. A inflação atingiu níveis altíssimos, cresceu o desemprego no país, começou um processo de recomposição do exército regular e a dependência aos norte-americanos tornou-se cada vez maior.

No segundo governo de Paz Estenssoro (1960-1964) ocorreu uma guinada para a direita no direcionamento político do país, apesar de o vice-presidente ser Juan Lechín. Com a cisão de Paz Estenssoro e Lechín, uma nova composição foi oficializada, tendo o general René Barrientos como candidato a vice-presidente nas eleições de 21 de maio de 1964. Sendo atacado, porém, por Zuazo e Lechín e, ao mesmo tempo, tendo que enfrentar uma greve geral dos mineiros e diversas revoltas populares, o presidente foi destituído no mesmo ano pelos generais Barrientos e Ovando Candia.

É importante notar o papel dos Estados Unidos no que se refere aos assuntos internos da Bolívia. Desde a revolução de 9 de abril de 1952, a ingerência norte-americana foi ostensiva, e pode-se dizer que a caracterização dos governos revolucionários de “entreguistas”, em grande medida, está correta. No ponto de vista do governo dos Estados Unidos, não havia outra alternativa senão apoiar o MNR no poder; caso contrário, a abstenção ou repressão norte-americana poderia resultar na possibilidade de que outros grupos, como “trotskistas ou stalinistas”, viessem a se sublevar no cenário político nacional e aglutinar suficientemente as massas populares a seu favor. Para garantir que a Bolívia continuasse dentro de sua esfera de influência, os Estados Unidos resolveram dar um auxílio econômico àquele governo latino-americano. A “ajuda” norte-americana somou, entre 1953 e 1959, 214 milhões de dólares. Destes, onze milhões foram empréstimos do Export-Import Bank, quatro milhões do Development Loan Fund e quinze milhões do empréstimo de estabilização do FMI e do Tesouro americano. O aumento dos empréstimos à Bolívia, que passaram de um milhão e meio de dólares em 1953 para 22,7 milhões em 1959 é traço suficiente para notar-se a preocupação do “colosso do Norte” em relação à nação boliviana. O programa norte-americano, assim, chegou a ser o maior desta espécie em toda a América Latina (Patch, 1970). Em 1955, como sintoma da política imperialista dos Estados Unidos, foi decretado o Código do Petróleo, “a primeira lei pós-revolucionária escrita por americanos e promulgada sem debate público ou modificação por autoridades bolivianas” (Whitehead, 1969: 11). Isso significava que a Bolívia renunciava ao monopólio governamental do petróleo e os Estados Unidos, que não queriam financiar operações governamentais relativas a esta área, preferindo deixar tais atividades para o setor privado, apoiariam grupos econômicos norte-americanos ligados a esta atividade, a escrever os estatutos do petróleo boliviano para atrair investimentos externos àquele país.

Mesmo que a mão americana agisse de forma mais sisuda e firme em alguns momentos, ou relaxasse em outros, o certo é que esteve sempre presente no sistema de decisões governamentais da Bolívia, enquanto que concomitantemente tentava afastar certos líderes de esquerda, principalmente Juan Lechín, a quem considerava “perigoso”. Esse desagrado com Lechín foi o suficiente para que ele não recebesse apoio algum por parte dos imperialistas de Washington, e que seu nome fosse terminantemente rechaçado quando da escolha dos homens a encabeçar o governo nas eleições de 1964. O embaixador norte-americano, Douglas Henderson, foi diversas vezes visto no palanque junto a Paz Estenssoro e tinha

influência suficiente, em nome de seu país, para “vetar” Lechín da coligação. Laurence Whitehead afirma que “ao vetar líderes esquerdistas, ao fragmentar os movimentos populares, e por endossar o papel do exército, a política americana encorajou o crescimento do militarismo” (*Ibidem*: 25). A força que os militares conseguiram acumular durante o período revolucionário foi suficiente para que tivessem condições, assim, de tomar o poder em novembro de 1964.

Os militares e a política

Quando a revolução triunfou em 1952, várias medidas restritivas foram tomadas em relação às Forças Armadas bolivianas. Os quadros considerados politicamente contrários ao MNR, por exemplo, foram afastados da ativa; o Colégio Militar, fechado; os conscritos receberam baixa; outro duro golpe, foi a desmobilização de oitenta por cento do efetivo (Peña, 1971: 329).

Apesar do repúdio dos trabalhadores, materializado em declarações da COB contra o exército, o MNR resolveu restabelecer as Forças Armadas em decreto de 24 de julho de 1953, com intuito de recriar as instituições militares em novos moldes, ao mesmo tempo que reforçava as milícias civis, que chegaram a ter, no primeiro período da revolução, 70 mil homens armados, grande parte controlada por camponeses e mineiros. A COB, preocupada com os avanços do governo na reconstrução das Forças Armadas, havia aprovado em 10 de junho, em caráter de urgência, a organização do “Exército Proletário”, que estava incumbido de preservar a ordem vigente na revolução e impedir o surgimento da contra-revolução. Juan Lechín seria o comandante-em-chefe deste exército “popular” que teria como tática coordenar-se com as milícias operárias e camponesas, estas últimas com a função de serem acionadas, em caso de luta no campo, baseadas em técnicas e estratégias de guerrilha. A preocupação “rosquera”, ou seja, o medo da contra-revolução, patente nestas atitudes dos trabalhadores, não impediu, porém, que se retomasse a marcha do restabelecimento dos efetivos regulares.

Para se ter uma idéia, também foi criada pelo governo de Paz Estenssoro a Escola Nacional de Polícias. Os carabineiros da polícia receberam treinamento paramilitar e tiveram como incumbência ter em sua jurisdição a força de detetives e o Serviço Nacional de Identificação. Em teoria, com essa política o governo tentava manter um equilíbrio de forças entre polícia, exército e milícias, a fim de ter melhores instrumentos para salvaguardar a revolução. Mas isso, só

em teoria. Um dos fatores primordiais para a mudança dessa situação, com gradual aumento do poder e influência do exército dentro do país foram os acordos de cooperação militar firmados com os Estados Unidos em 1956. Como afirma Alfonso Camacho Peña, “com a missão dos Estados Unidos, em primeiro lugar, o novo exército boliviano se converteu progressivamente em uma organização forte e logicamente foi se integrando ao sistema de defesa continental com sua doutrina e programas, ou seja, à Ação Cívica e aos programas antiinsurreição” (*Ibidem*: 331). Posteriormente, com a ameaça “subversiva” de grupos inspirados pela Revolução Cubana em todo o hemisfério, o apoio norte-americano tornou-se ainda mais direto.

É preciso lembrar também que as milícias camponesas e mineiras não estavam atreladas ao poder central durante o período revolucionário. Tendo relativa autonomia, elas respondiam basicamente aos seus líderes locais e a algumas lideranças de expressão nacional, como Juan Lechín, por exemplo, no caso dos mineiros, que não apoiavam Paz Estenssoro. Nessa atitude o governo de La Paz viu mais uma desculpa para fortalecer os militares. A diferença entre as milícias e o exército, com isso, começou a ser vista também em termos de armamentos. Até o final da década de 1950, as Forças Armadas possuíam material bélico obsoleto, em sua maioria remanescente da Guerra do Chaco, nos anos 1930. Com os acordos militares com os Estados Unidos, receberam armamentos mais modernos e treinamento para oficiais no Panamá. Em 1959, chegou a primeira parcela de equipamentos para infantaria com o propósito de equipar as companhias que cumpririam funções de segurança *interna*. O que se pode notar, a partir de então é o fortalecimento das Forças Armadas da Bolívia em escala progressiva e o gradual enfraquecimento das milícias civis.

Para concluir

Como afirma o historiador Harold Osborne, revoluções “nunca estiveram longe do horizonte da história boliviana. Mas “revolução” na Bolívia — como na maioria dos países latino-americanos —, não deve ser pensada em termos análogos com a Revolução Francesa ou a Revolução Russa. Mesmo num ‘mau’ período tem sido normalmente um conflito limitado, quando muito ao ponto de ser sangrento, entre aspirantes rivais ao poder, não envolvendo classes” (Osborne, 1955: 62). Tristán Marof, com uma aceção similar, ao definir revolução como *um movimento social, uma transposição de classes*, afirmava que o que sempre havia sido chamado de

revolução na Bolívia não passava de uma substituição de um governo por outro similar, e que todas as chamadas revoluções naquele país não haviam levado a nada. Revoluções na Bolívia eram produto de democratas burgueses que se importavam com o povo por pouco tempo (Liss, *idem*: 183).

A revolução boliviana de 9 de abril de 1952 é, indubitavelmente, um marco na América Latina e teve importantes repercussões no país, em que pese, cabe ressaltar, seu caráter claramente reformista. Apesar de apelar para as massas, especialmente mineiros e camponeses e, teoricamente, propor mudanças que melhorariam a vida da população marginalizada, principalmente indígena e agrária, aproximadamente 78% da população da Bolívia era rural — , aumentando a participação dos índios e analfabetos, e fortalecer, até certo ponto, os mineiros, com a nacionalização das minas de estanho e da criação da COB, não foi acompanhada por transformações econômicas ou técnicas profundas, e demonstrou “ser apenas uma versão mais radical da política favorável à redistribuição do poder político e, até certo ponto, do bem-estar no interior de uma estrutura que fundamentalmente permanecia a mesma” (Donghi, 1989: 256).

Que tipo de conclusões se pode tirar do período revolucionário? Primeiro, houve a formação de uma pequena burguesia agrária ligada ao mercado das cidades, que logo viria a ficar dependente de investimentos externos. Ocorreu a individualização da produção, ademais, fazendo com que as antigas comunidades indígenas muitas vezes se dissolvessem, a partir da criação de um grupo de pequenos proprietários. A forma de exploração do campesinato mudou, passando para o mercado e o sistema financeiro. O projeto da revolução, que pretendia uma industrialização que modernizasse a economia boliviana, nunca ocorreu. Os militares, que perderiam sua influência em teoria, voltaram a desempenhar um papel preponderante na política do país, não só no projeto de desenvolvimento no campo, aumentando seu contato e relação com o campesinato, como também na política nacional. Além disso, houve um incremento nas relações com os Estados Unidos e, com o tempo, o aumento da dependência da Bolívia para com este país.

E quais foram os motivos que levaram à revolução? O grande momento que antecedeu a revolução de 1952, e que abriu caminho para que ela ocorresse, foi a Guerra do Chaco, contra o Paraguai. Com uma economia demasiadamente dependente do mercado internacional, um governo fraco e uma derrota na guerra, surgiram as possibilidades de novas formas de atuação dos partidos, dos

movimentos sociais e dos próprios militares. A oligarquia latifundiária boliviana era uma das mais atrasadas do continente. Atrelada aos interesses econômicos dos Estados Unidos, entravava qualquer iniciativa de mudanças na estrutura de produção do país. Os barões do estanho visavam mais ao lucro próprio do que a melhoria da nação como um todo. Esse grupo, portanto, teria que ser retirado da cena política para que pudesse ocorrer a revolução. A recuperação do exército e a manutenção e o gradual aumento do papel político dos mineiros criou condições para preencher essa lacuna aberta na vida política da Bolívia. Esses dois setores, assim, tiveram fundamental importância na consolidação do cenário pré-revolucionário.

Os governos Toro e Busch, com seu experimento de “socialismo militar”, foram exemplos de intentos antiimperialistas e estatizantes. Tiveram influência nos acontecimentos posteriores, não só pela política nacionalizante como também pela ampliação e abertura dos movimentos estudantis, operários e camponeses. E, finalmente, a criação e estruturação de vários partidos, como o MNR e o POR, que colaboraram e, por vezes, lideraram os movimentos sociais e a própria revolução.

Um dos fatores para que os militares pudessem tomar o poder na Bolívia, em 1964, foi — além dos “escorregões” de Siles Zuazo e Paz Estenssoro na condução político-econômica do país e da destruição das “forças combativas” da esquerda, especialmente os mineiros — a chegada de Lyndon Johnson à Casa Branca, e sua especial preocupação em aumentar o apoio e fortalecer ainda mais as relações com os militares do continente — incluídos aí os da Bolívia —, para contrapor o “perigo” comunista representado pela Revolução Cubana, que aumentava sua influência enormemente em diversos setores das sociedades latino-americanas, tendo o Pentágono começado a exercer cada vez mais influência na política externa norte-americana. Enquanto era dado apoio às claras ao governo Paz Estenssoro, se fazia um trabalho por trás das cortinas ajudando homens que poderiam melhor servir aos interesses dos Estados Unidos. Estes homens em 1964 pareciam ser o general René Barrientos, principal elemento dentro da Força Aérea, e o general Alfredo Ovando Candia, comandante do exército. Com o golpe restaurador promovido por eles, terminou naquele ano a revolução.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Robert J. (1967). *El movimiento obrero en América Latina*. México, Editorial Roble.

- ANTEZANA E., Luis. (1992). *Bolivia: de la reforma a la contra reforma agraria*. La Paz, Librería Editorial "Juventud".
- BARROS FILHO, Omar de. (1980). *Bolivia: vocação e destino*. São Paulo, Versus.
- BEDREGAL G. Guillermo. (1985). *Teoría del nacionalismo revolucionario*. La Paz, Librería Editorial "Juventud".
- CAJIAS, Lupe. (1994). *Juan Lechín: historia de una leyenda*. La Paz e Cochabamba, Editorial "Los Amigos del Libro".
- CAMACHO PEÑA, Alfonso. (1971). "Los militares en la política boliviana". *Fuerzas Armadas, Poder y Cambio*. Caracas, Editorial Tiempo Nuevo.
- DELGADO GONZÁLEZ, Trifonio. (1984). *100 Años de lucha obrera en Bolivia*. La Paz, Ediciones Isla.
- DONGHI, Halperin. (1989). *História da América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.
- KLEIN, Herbert S. (1987). *Orígenes de la Revolución Nacional Boliviana*. La Paz, Librería Editorial "Juventud".
- _____. (1994). *Historia de Bolivia*. La Paz, Librería-Editorial "Juventud".
- LAZARTE R. Jorge. (1989). *Movimiento obrero y procesos políticos en Bolivia (Historia de la COB 1952-1987)*. La Paz, Editorial Offset Boliviana.
- MIRES, Fernando. (maio-agosto 1991). "Bolivia: la revolución obrera que fue campesina". *Síntesis/Bolivia*, nº 14, Madrid, A. V. Sociedad Editorial Síntesis, p. 155-170.
- OSBORNE, David. (1955). *Bolivia*. Londres, Royal Institute of International Affairs.
- PATCH, Richard W. (1970). "United States assistance in a revolutionary setting". *Latin American Politics* (Robert D. Tomasek, org.). New York, Anchor Books.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. (1985). "Apuntes para una historia de las luchas campesinas en Bolivia (1900-1978)". (Pablo González Casanova, org.), *Historia de los campesinos latino americanos 3*. México, Siglo Veintiuno Editores.
- TOURAINÉ, Alain. (1989). *Palavra e sangue*. São Paulo, Editora da Unicamp e Trajetória Cultural.
- WHITEHEAD, Laurence. (1969). *The United States and Bolivia, a case of neo-colonialism*. Londres, Haslemere Group Publications.
- ZAVALETA MERCADO, René. (1972). "Bolivia: de la asamblea popular al combate de agosto." *América Latina: economía y política* (James Petras, org.). Buenos Aires, Ediciones Periferia.